

1. O Estado Colombiano

1.1. Introdução

A persistência da guerra civil, a intensidade e a amplitude da violência na segunda metade da década de 90 e o reconhecimento de parte da academia quanto à fragilidade das instituições oficiais, quando tomados em conjunto, assinalavam a possibilidade da própria desintegração do Estado colombiano¹. Deste modo, para lidar com a dimensão da crise que se abateu sobre a Colômbia por ocasião do governo do presidente Andrés Pastrana, é necessário resgatar parte de sua história e contemplar o fato de que, desde sua independência da metrópole espanhola, o Estado colombiano formou-se em meio a um imbróglio de contínua luta armada e de sectarismo internos, ainda não resolvidos. Este primeiro capítulo constitui-se num quadro que apresenta os precedentes históricos da Colômbia a partir da união de seus próprios fragmentos de violência, as quais envolvem ingredientes de interferência política externa, exploração econômica por oligarquias internas, e os vetores de atuação dos grupos guerrilheiros, de poderosos cartéis da droga e de forças paramilitares. Especialmente diante das evidentes violações aos Direitos Humanos, a realidade se definiu pela conjugação destes fatores segundo um contexto social e político em que o Estado não foi capaz de prover a segurança da sua população². Pelo contrário, ao fazer uso de suas prerrogativas, pode até ter contribuído para a manutenção do conflito, mediante a catalisação involuntária das várias vertentes de violência que compuseram a história recente da República da Colômbia (Bushnell, 1993; McLean, 2002; Vargas, 2002; Rotberg, 2002).

¹ Um estudo focado no processo de formação dos Estados europeus, cujo conteúdo demonstra categoricamente a importância das guerras interestatais na construção destes Estados contrapõe-se a experiência colombiana. Cf. Tilly, C.

² Especialmente diante de experiências como a colombiana, resulta a dificuldade para ater-se à concepção realista de segurança, segundo a qual um Estado é capaz de garantir a segurança de sua população. A este respeito, ver: Acharya, A. (1997), *The Third World as the Core: The Third World and Security Studies*. In: Krause, K. & Williams, M.C. (org), *Critical Security Studies*, Minnesota University Press, Minnesota.

Um ponto básico da filosofia política moderna relaciona um Estado forte, centralizado e detentor do monopólio da força militar a uma menor tendência à subversão e à violência. Há ainda o argumento de que o monopólio do direito ao uso da força deve pertencer ao Estado, de modo a impedir o exercício da violência por particulares³. De igual modo é possível assinalar que a especificidade da esfera político-estatal reside justamente na natureza desta estrutura que reivindica com êxito o monopólio legítimo da coerção⁴. Em especial, ao avaliar o período que abrangeu o processo de paz realizado no governo Pastrana, James Rochlin destacou que “a Colômbia seguia em meio à violência e ao caos que inseriam o país no contexto de um mundo pré-moderno, pré-Leviatã”⁵. No entanto, neste período, uma afirmação de que o drama colombiano estava restrito à deficiência da autoridade e do monopólio do uso da força afigurava-se como imprópria. Era fundamental, também, contemplar as diversas modalidades de violência que fragmentaram a sociedade da Colômbia de outrora. Em seguida, verificava-se a impossibilidade de subestimar-se a persistência das raízes históricas de uma grave crise social, a qual debilitara e deslegitimara o Estado, além de distanciar a sociedade das instituições estatais, esvaziando o próprio sentido de cidadania. Com esse objetivo em mente, estrutura-se o primeiro capítulo (Restrepo, 2003; Rochlin, 2003).

1.2. A violência das guerras civis

A experiência política colombiana foi marcada tanto pela ausência de mudanças políticas bruscas na sociedade, quanto pela persistência da luta armada – elementos que conspiraram para fazer que, ao longo da história independente, o espaço político não se constituísse em uma arena propícia à resolução definitiva dos variados conflitos. A frequência e a intensidade das guerras civis sugerem que a violência teria se constituído numa via relativamente aceita pela sociedade, um meio alternativo pelo qual as disputas políticas se resolveriam. Sobretudo nos últimos 50 anos, prevaleceu na Colômbia um *modus operandi* no qual “a

³ Cf. Maquiavel (1982), *O Príncipe*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

⁴ Cf. Max Weber (1971), *Economie e Societé*. Plon, Paris.

⁵ Rochlin, J. F. (2003), *Vanguard Revolutionaries in Latin America*. Lynne Rienner Publishers, London, page 111. Traduções livres.

violência se tornara um instrumento atrativo, justamente por ser capaz de prover uma forma de escapar a um processo decisório interdependente”⁶ (Rochlin, 2003; Vasquez, 1993)

A prática da violência com desígnios políticos marcou a história colombiana desde o derramamento de sangue na guerra de libertação colonial, que forçou a retirada das tropas da Espanha. Posteriormente, “houve ainda oito guerras civis nacionais, quatorze guerras civis locais, várias pequenas revoltas, duas guerras com o Equador e três golpes de Estado”⁷. Esse quadro aparentemente indelével de conflitos e guerras civis alicerçava-se na histórica combinação de ambição política desmedida, feudos familiares sujeitos a precário controle institucional e uma incipiente solidariedade entre os trabalhadores explorados. Especialmente no século XX, “o fardo imposto à maioria da população por uma elite privilegiada ocupando o poder estimulava uma resposta violenta como único recurso político”⁸. Naturalmente, essa dura realidade social precedeu em muito o século passado. Jeff Browitt, por exemplo, explica a brutalidade das guerras civis que acompanharam o século XIX como corolário de “uma história de 200 anos de tentativas mal sucedidas por parte das oligarquias de forjar um Estado-nação moderno, sem abrir mão de sua posição política dominante”. Ele descreve a crise política atual como sendo uma “manifestação da incapacidade histórica das oligarquias para simular a unidade nacional e a estabilidade, desde a Independência da Espanha, em 1820”⁹. Vale retomar a referência a um mundo pré-moderno, no qual tradicionalmente estas oligarquias negaram o equilíbrio, elemento que condiciona e caracteriza o mundo moderno. Mais adiante, partindo da época denominada como *La Violencia*¹⁰, Browitt ainda pôde asseverar que, durante os anos do governo Pastrana, o Estado-nação colombiano enfrentava sua mais aguda crise, uma vez que a intensidade e a audácia da contestação do poder do Estado pelos grupos armados vinha acarretando o sacrifício de numerosas vidas e a anulação dos direitos civis individuais básicos (Browitt, 2001; Simons, 2004).

⁶ Vasquez, 1993

⁷ Simons, G. (2004), *Colombia: A Brutal History*. Saqi Books, London, page 39

⁸ Ibidem.

⁹ Browitt, J. (2001), *Capital Punishment: The Fragmentation of Colombia and the Crisis of the Nation-state*. Third World Quarterly, 22: 6, page. 1063

A história da colonização da Colômbia começou em 1525, após as primeiras chegadas de navios com a bandeira da Coroa espanhola, ocorridas em 1508. O principal propósito da colonização era a exploração mercantil das riquezas da Colômbia, que visava ao enriquecimento da nobreza espanhola. Esse sistema colonial perdurou até que Simon Bolívar foi capaz de impor uma derrota militar final à Espanha em 1819¹¹, quando ele proclamou a independência da nação então denominada Grande Colômbia¹², cuja existência foi efêmera. Mas pouco mudou. No decorrer do século XIX, a Colômbia conservou um modelo de economia caracterizado pela produção agrícola e pela extração mineral voltadas à exportação, estruturas legadas pela colonização ibérica à região, tal qual os demais Estados latino-americanos que então libertavam-se dos grilhões metropolitanos. No início do século XIX, vários movimentos nacionalistas ganhavam força e as turbulências que marcaram o período já permitiam antecipar que a Colômbia do século XIX provavelmente seria “um Estado em permanente guerra”¹³ (Bushnell, 1993; Simons, 2004).

Ao “importar” o perfil econômico e político de uma metrópole retardatária e pré-industrial e ao garantir a manutenção das estruturas sociais que lhe foram legadas, a Colômbia, conseqüentemente, teve o seu desenvolvimento econômico e político “fossilizado” durante boa parte do século XX. Por conseguinte, no que diz respeito à economia, o país adentrou o século passado dotado de um sistema produtivo fundamentado na preeminência do latifúndio e da monocultura cafeeira. Durante toda a primeira metade do século XX, o regime fundiário semi-feudal manteve a existência de vastas extensões territoriais sem qualquer cultivo. A despeito da adesão governamental à democracia e aos pressupostos do chamado mundo livre, no que diz respeito à esfera política, os estadistas colombianos escarneceram dos direitos e garantias essenciais da pessoa humana. Enquanto isso, na esfera social, predominava a baixíssima qualidade de vida das massas trabalhadoras (Perez, 1993; Simons, 2004).

¹⁰ Período relativo a uma profunda guerra civil, caracterizada por levantes e violenta repressão, ocorrido entre 1948 e 1953, no qual estima-se que tenham morrido 200.000 pessoas.

¹¹ Batalha de Boyacá, ocorrida em 7 de agosto de 1819.

¹² Cujo território abrangia o conjunto dos atuais Estados do Equador, Venezuela, Panamá e Colômbia.

¹³ Historiador Gonzalo Sanchez, citado em: Simons, op. cit.

A colonização camponesa nas áreas periféricas foi, tradicionalmente, uma via de escape às tensões engendradas por um regime de propriedades rurais fortemente concentradas nas mãos de poucos. Nestas áreas periféricas, a presença das estruturas estatais era irregular ou era parte de um amálgama de poder exercido em articulação com as elites locais. Desde o século XVI, os territórios mais isolados e de mais difícil acesso foram ocupados por segmentos sociais economicamente marginalizados – os brancos pobres, os mestiços, os negros e os mulatos – e corresponderam às áreas onde o Estado não foi capaz de exercer os monopólios da justiça e do uso legítimo da força. A presença de instituições reguladoras oficiais nessas regiões e o grau de interação do Estado com esses fragmentos da sociedade foram irrelevantes. É possível afirmar que a conjugação das características do processo de colonização com a dependência do povo em relação aos poderosos locais proporcionou um ambiente favorável às guerras, porquanto a integração de todo o território colombiano se apresentou como um empreendimento desafiador e altamente propenso a suscitar conflitos (Bushnell, 1993; Simons, 2004).

O período que vai de 1810 até 1886 – datas que correspondem, respectivamente, às primeiras declarações de Independência e à promulgação da primeira Constituição duradoura – foi marcado por uma sucessão de guerras civis e cartas constitucionais. A 1ª Constituição, por exemplo, na avaliação de Jeff Browitt, apresentava ainda a “ficção de uma nação oficial, após o golpe de 1885, marcando a primeira grande expressão de centralismo administrativo, político e militar”. De fato, o momento histórico conhecido como *La Regeneración* foi marcado por um movimento nacionalista bem distante de qualquer manifestação de entusiasmo ou engajamento popular, até porque ainda não havia sido dada qualquer atenção às heterogeneidades lingüística, social, cultural e religiosa presentes na sociedade colombiana (Browitt, 2001; Torres, 2005).

A desumanidade das guerras civis marcou tão profundamente a história colombiana que os primeiros anos do século XX, de certo modo, poderiam ser conhecidos a partir do sentimento de luto pelos mortos no campo de batalha e do ódio irreconciliável entre liberais e conservadores – aspectos que, assim como o quadro de miséria e a vergonha na perda do Panamá, estavam diretamente relacionados à Guerra dos Mil Dias. Esta contenda teve como desenlace a morte de aproximadamente 100.000 pessoas e constituiu-se num “prelúdio à intensa luta

armada que viria a seguir”¹⁴. Dentre os efeitos da Guerra dos Mil Dias, destaca-se a formação de grupos guerrilheiros levada inicialmente a cabo pelos integrantes do partido liberal¹⁵. Em segundo lugar, em função das severas decorrências da referida guerra, a Colômbia ficou sem condições de resistir à supracitada separação do Panamá, planejada e conduzida pelos EUA, em 1903. Após o encerramento da Guerra dos Mil Dias, a despeito da formação do primeiro grande contingente militar nacional no país, o uso da força se manteve privatizado e regionalizado por meio de grupos militares leais às elites locais. Por último, houve degeneração política e social, possivelmente relacionada às barbaridades da guerra, a qual contribuiu para que a violência e o conflito armado ressurgissem de forma intermitente, permanecendo de modo residual, durante quase meio século, até o advento da Violência¹⁶ – período que entrou para a história pela forma encarniçada como o poder político foi disputado pelos dois partidos (Bibes, 2001; Rochlin, 2003; Simons, 2004; Torres, 2005).

1.3.

A violência liberal-conservadora

A Colômbia sempre esteve sob o domínio longo de dois ‘tradicionais’ partidos, fundados ainda em meados do século XIX. O partido Conservador foi o primeiro a formar-se, em 1848, defendendo um modelo de Estado centralizado e com fortes laços com a Igreja católica. O partido Conservador dominou a política da Colômbia desde a Constituição de 1886 até o ano de 1930. Tradicionalmente, favoreceu os interesses da aristocracia terratenente e incorporou elementos pré-modernos, que se evidenciavam na defesa de uma produção agrária de base feudal e do protecionismo econômico e na ênfase na natureza divina da fonte do conhecimento e do poder – em oposição ao industrialismo progressista e ao conhecimento com base na razão, na ciência e na objetividade (Bushnell, 1993; Rochlin, 2003).

No ano seguinte à constituição do partido Conservador (1849), o partido Liberal foi fundado com uma orientação ideológica distinta, ligada a muitos

¹⁴ Simons, op.cit., pág. 40

¹⁵ O tema será retomado no Item 1.2

¹⁶ De agora em diante, com maiúsculas para designar a intensa guerra encerrada em meados do século XX, referida anteriormente como *La Violencia*.

elementos doutrinários da modernidade, segundo os modelos dos sistemas políticos emergentes na Europa daquela época. O partido Liberal era favorável ao livre comércio, ao desenvolvimento do capital mercantil, ao federalismo e à laicização do Estado – sem, no entanto, atacar as crenças religiosas que os próprios seguidores do partido compartilhavam. A questão religiosa, por sinal, “até o final do século 20, foi um dos dois principais fundamentos da identidade colombiana. O outro, presente até os anos 70, foi a lealdade a um dos dois partidos”¹⁷. Todavia, as posições partidárias e religiosas se polarizaram e, em 1895, em meio à guerra, chegou a ser publicado o livro intitulado *Ensayos sobre la doctrina liberal*, no qual seu autor, Monsenhor Rafael Maria Casquilla, assinalava a insuperável divergência existente entre o catolicismo e o liberalismo, culminando com a categórica conclusão de que “o liberal não era um bom católico”¹⁸ (Rochlin, 2003; Torres, 2005).

A referida Guerra dos Mil Dias (1899-1902) – a guerra mais sangrenta do século XIX – ocorreu justamente entre os seguidores dos dois partidos, a partir de uma tentativa liberal de derrubar o governo conservador. O empreendimento militar exigiu a formação de exércitos guerrilheiros, pois os conservadores, no governo, detinham o controle sobre os contingentes oficiais. As milícias guerrilheiras, oriundas dos departamentos de Tolima, Cundinamarca, Santander e da região de Cauca, foram inicialmente compostas por cidadãos que integravam os segmentos mais desfavorecidos da sociedade, como os camponeses sem terra e os indígenas. Com o fito de evitar a eclosão do confronto armado, o presidente Rafael Nuñez (1885-1894) ainda procurou impor um controle estrito e centralizado ao país; todavia, após a morte de Nuñez, os Conservadores e os Liberais prosseguiram com a luta, intensificando-a. Somente no início do século XX, no ano de 1904, o general Rafael Reyes assumiu a presidência e conteve a rivalidade, ao “governar o país como um ditador”¹⁹ por meio da imposição de um governo bastante autoritário (Rochlin, 2003; Simons, 2004).

No ano de 1930, os liberais assumiram o governo e lançaram mão de reformas modernizadoras nas esferas política, econômica e social. Estas reformas

¹⁷ Rochlin, op.cit., pág. 89

¹⁸ Citado em: Torres, M. (2005), *La Historia de Colombia Atrapada en un Círculo Vicioso*. Ecoe Ediciones, Bogotá, D.C.

¹⁹ Simons, op.cit., pag. 36

encontraram forte oposição dos membros do partido conservador, o que acentuou ainda mais a atmosfera de divisão existente no conjunto da sociedade. Nos anos 1940, era possível observar um descrédito cada vez mais absoluto das classes populares e dos segmentos operário e camponês nos dois tradicionais partidos políticos. O sentimento generalizado de desilusão contribuiria decisivamente à formação dos movimentos guerrilheiros – ou seja, estava em gestação a violência que viria a explodir nos anos 1950. Apesar da nomeação de uma cúpula de oficiais leais ao governo, as reformas também produziram desconforto entre a categoria castrense. Nesse período, o qual ficou conhecido como República liberal, o direito ao sufrágio foi negado aos militares. Tal medida tinha o propósito de combater a politização das Forças Armadas e a participação dos militares em fraudes eleitorais. Simultaneamente, tratou-se também de imprimir à polícia o caráter de braço armado do partido, em virtude da desconfiança dos Liberais com relação ao Exército, sobretudo após o transcorrer da duradoura hegemonia conservadora (Rochlin, 2003; Vargas, 2002).

Posteriormente, uma divisão interna do partido Liberal favoreceu os Conservadores, que obtiveram a vitória no pleito eleitoral de 1946. Entre os Liberais, havia a disputa entre a facção de direita, liderada por Gabriel Turbay, e a facção de esquerda, liderada pelo carismático líder Jorge Eliécer Gaitán²⁰ – cujo discurso concentrava-se na crítica à distribuição desigual de renda e à concentração do poder político nas mãos de uma pequena oligarquia. Nesse mesmo ano, mais precisamente entre agosto de 1946 e o fim de 1947, os trabalhadores colombianos organizaram diversas formas de protestos, incluindo greves. Em maio de 1947, por exemplo, pelo menos 1.500 trabalhadores foram presos logo no início de uma greve geral. Em resposta às detenções, registraram-se manifestações violentas em Boyaca, Santander e outras cidades, as quais foram duramente reprimidas, com um saldo estimado de 14.000 mortes. Em seguida, em 7 de fevereiro de 1948, o próprio líder Liberal Eliecer Gaitán conduziu um protesto silencioso pelas ruas de Bogotá – o qual contou com a adesão de 100.000 pessoas – com o fim de clamar pela interrupção da onda de violência. Contudo,

²⁰ De acordo com Mario Murillo, apesar de ser membro do partido Conservador, Eliécer Gaitán se colocava contrário aos dois tradicionais partidos. E seus discursos contrários à oligarquia partidária dual o colocariam à margem das estruturas de poder tradicional e exposto por exercer o papel de um revolucionário (Murillo, 2004: Cap 2)

alguns dias depois, em 9 de abril, Gaitán foi assassinado e o período subsequente veio a ser um dos mais violentos da história da Colômbia (Rochlin, 2003; Simons, 2004; Vargas, 2002).

Após o assassinio do ícone dos Liberais, irrompeu uma violenta confrontação armada opondo Liberais e Conservadores. A reação dos populares em Bogotá – conhecida como *Bogotazo* – e em outras regiões do país recebeu um inclemente contra-ataque do partido Conservador. Este respondeu ao levante popular com uma política de repressão irrestrita, o que levou à proliferação de incidentes violentos por todo o país. A ferocidade da repressão foi registrada como sendo “uma orgia de crueldade contra a população que não encontrou limites”²¹. Desde então, o grau de violência na Colômbia “não apresentou mais os níveis comuns a outros Estados latino-americanos”²². Grupos liberais e comunistas organizaram milícias camponesas de autodefesa, contra as quais os conservadores lançaram mão de unidades especiais anti-guerrilheiras e assassinos mercenários. Com efeito, os exércitos camponeses, os esquadrões da morte e as forças oficiais, de alguma forma, disputavam uma fração maior de poder à medida que a violência se intensificava. O fatídico episódio foi postumamente denominado “A Violência” e ocorreu entre os anos de 1946 e 1953. Estima-se que aproximadamente 200.000 colombianos tenham perecido durante a Violência, ao tempo em que o país esteve imerso numa realidade de caos social e político (Rochlin, 2003; Simons, 2004; Vargas, 2002).

A luta armada não ficou adstrita aos limites geográficos da capital da República e agravou a truculência social que caracterizava a realidade colombiana. As contendas perduraram por décadas, de tal forma que os dois grupos guerrilheiros ativos no final dos anos 1990 são o desenlace dessa larga experiência preliminar de luta partidarista. Duas consequências mereceram então ser destacadas. Em primeiro lugar, a histórica Violência expôs “a quebra de instituições políticas estabelecidas e a perda da legitimidade do Estado para uma porção considerável da população, ao tempo em que tornou evidente sua ausência institucional em algumas áreas do país”²³. Em segundo lugar, “para uma geração

²¹ Simons, op.cit., pag. 41

²² Rochlin, op.cit., pag. 95

²³ Oquist, P. (1978), *Violencia, Conflicto y Política en Colombia*. Bogotá, Biblioteca Banco Popular. Página 255. Citado em: Tokatlán, J. G. (1999), *Crime Organizado e Drogas Psicoativas: O Caso da Colômbia*. Contexto Internacional, 21: 1. Jan/Jun.

de colombianos, a intensidade da luta foi capaz de re-introduzir a violência como um modo de vida, proporcionando uma forma de lidar com o conflito remanescente do século anterior”²⁴. Ademais, a Violência tornou as guerrilhas liberais mais autônomas frente ao partido Liberal e, com o desígnio urgente de suprimir a onda desenfreada de violência, os militares tomaram o poder no ano de 1953, quando da instauração do governo do general Gustavo Rojas Pinilla (Rochlin, 2003; Torres, 2005).

O golpe militar pode ser interpretado como uma tentativa de re-institucionalização do Estado. Com a intenção de dotar o golpe de alguma legitimidade, este teve a sua legalidade atestada pela Assembléia Nacional Constituinte e foi descrito como “golpe de opinião” pelo jurista liberal Darío Echandía. Ao investir-se dessas qualificações, o governo do general Pinilla passou a configurar-se como um golpe conduzido pelas classes altas do partido Conservador, contando com a sustentação explícita da Igreja Católica e da totalidade dos membros do partido Liberal. Portanto, ao apresentar a particularidade de ter sido legitimado pela elite, ao passo que prescindia do consentimento do povo, o golpe representava a garantia de continuidade do regime sócio-político alcançado a partir do fenômeno bipartidário colombiano. Essa consolidação institucional veio a ser um fator da excentricidade política da Colômbia em meio à onda de ditaduras militares que varreu a América Latina. Desde a sua origem, em meados do século XIX, até o seu apogeu durante a Frente Nacional, o sistema bipartidário colombiano se mostrou como “uma forma particular de ditadura civil tornando desnecessária ou mesmo eliminando qualquer ambiente propício a uma ditadura militar no país”²⁵ (Torres, 2005; Vargas, 2002; Yepes, 2001).

O fim do governo do general Rojas Pinilla foi precipitado justamente por uma tentativa de consolidar o poder castrense por meio da marginalização dos dois tradicionais partidos, o Conservador e o Liberal. Um movimento de resistência civil, capitaneado pelos Grêmios²⁶, levou as Forças Armadas a fazer

²⁴ Rochlin, op.cit., pág. 96

²⁵ Torres, op.cit., pág. 211

²⁶ Ao analisar o regime democrático colombiano, Rodrigo Yepes interpreta a aparente estabilidade institucional como um resultado de acordos entre os setores dominantes, à grande coesão das elites e a mecanismos de agregação dos interesses de agentes econômicos poderosos nos quais o Estado desempenha um papel mínimo – neste caso, os grupos econômicos setoriais, denominados

que o general recuasse nas suas ambições e promovesse a realização de um referendo, mediante o qual os eleitores endossaram a proposta de divisão do poder entre os dois partidos políticos, num arranjo que foi denominado de Frente Nacional. Esta foi concebida como um regime político peculiar ou uma expressão político-normativa do acordo de paz entre os dois partidos – segundo o qual os partidos Liberal e Conservador ocupariam todos os espaços da vida política e dividiriam entre si a administração das instituições estatais. Tratava-se de um regime que determinou uma evidente distinção entre os cidadãos de primeira categoria – a saber, os membros dos dois partidos tradicionais, aos quais cabia eleger, ser eleitos e tomar posse de cargos no Estado – e os cidadãos de segunda categoria – aqueles que, por não pertencerem a um dos partidos tradicionais, apenas podiam votar, sem usufruir de qualquer direito de preencher cargos públicos ou eleger-se (Simons, 2004; Vargas, 2002).

A Frente Nacional foi uma iniciativa dos próprios partidos de procurar uma saída negociada do governo militar, que, por sua vez, havia sido um produto da violência partidarista. Logo, a criação da Frente Nacional encerrou a Violência apenas oficialmente – esta, na realidade, “continuou de forma diferente”²⁷. De qualquer modo, desde 1958 até meados dos anos 1970, os dois partidos dividiram o poder por meio da referida Frente. A despeito da estabilidade política do Estado, a partilha do exercício do poder não proporcionou nenhuma resposta efetiva aos problemas sociais, que se agravavam ainda mais na segunda metade do século XX. Tais mazelas suscitavam reivindicações de viés radical, que eram enquadradas diretamente na categoria dos problemas passíveis de solução de acordo com os métodos das Forças Armadas. O envolvimento da instituição militar na violência partidarista reforçava justamente o papel autônomo dos militares na supervisão da “ordem interna” (Simons, 2004; Torres, 2005; Vargas, 2002).

A violência liberal-conservadora proliferou também em virtude da frágil distinção entre as esferas pública e privada, a qual pode ser sintetizada

Grêmios, os quais sempre exerceram grande influência sobre a política social e econômica. Neste episódio, os Grêmios tiveram papel decisivo para a saída do general Gustavo Rojas Pinilla. Em: Yepes, R. U. (2001) *Violence, Power and Collective Action: A Comparison between Bolivia and Colombia*. In: Bergquist, C. & Peñaranda, R. & Sanchez G., G (2001). Ver também: Torres, 2005).

caricaturalmente na noção de que a Colômbia ainda sofria do mal de ter “o setor público como o setor privado dos políticos”. Isso podia “fazer com que os políticos não se dedicassem realmente à política, à representação de forças sociais alternativas capazes de dar um rumo ao país. Antes, preferissem dedicar-se à administração de empresas eleitorais que consistiam em repartir favores entre os votantes (clientelismo), postos entre os ativistas (patrimonialismo) e contratos ou licitações entre patrocinadores (mercantilismo)”²⁸. Desse modo, ao passo que as instituições políticas eram nominalmente modernas e democráticas, os dois partidos não só exploraram a natureza ambivalente de oposição e complementaridade das redes clientelistas locais e regionais, como também atuaram como elo entre a burocracia central do Estado e as elites locais e regionais estabelecidas. Destarte, o confronto violento entre os partidos Liberal e Conservador dominou a vida política do século XIX e protagonizou-a até a metade do século XX, porquanto era um canal de expressão dos conflitos sociais que não se resolviam na estrutura dual de poder (Bernal, 2003; Montaña & Duran, 2000).

A Frente Nacional mostrou-se capaz de engessar um cenário marcado pela profunda exclusão política, uma vez que logrou aproximar os representantes dos dois partidos fortes com a finalidade de erradicar da arena política quaisquer partidos divergentes ou vozes dissonantes. Por haver reconciliado Liberais e Conservadores, a Frente Nacional foi tanto uma terapia adequada às disputas interpartidárias, quanto um fator determinante para – junto a outros fatores estruturais e conjunturais – criar as condições necessárias ao aparecimento de um novo tipo de violência, aquela que é praticada contra o regime e contra o Estado e é conhecida como ‘violência revolucionária’. Finalmente, enquanto pelo restante da América Latina os partidos podiam nascer e morrer em algumas décadas, na Colômbia os dois partidos puderam se manter desde a sua fundação, na metade do século XIX. Assim, no governo Pastrana, os partidos Liberal e Conservador não

²⁷ Simons, op. cit., pág. 42. O autor descreve uma segunda fase, entre os anos de 1958 e 1965, na qual deu-se a morte de outras 18.000 pessoas.

²⁸ Bernal, F. & all (2003) *Orígenes: La Guerra en la Periferia*. In: El Conflicto, Callejón con Salida. Informe Nacional de Desarrollo Humano para Colombia. PNUD, Bogotá, pág. 36.

Para um estudo abrangente sobre os elementos políticos, econômicos e culturais relativos ao modelo na América Latina, ver também: Collier, M.W. (2000), *Failed Policy: Analysing Inter-American Anticorruption Programs*, in Kubálová, V. (ed) (2000) *Foreign Policy in a Constructed World*, Armonk, New York, M.E. Sharpe. Chapt. 7.

apenas se situavam entre os mais macróbios do mundo, como também se destacavam pela sua resistência a quaisquer mudanças. Eram indiferentes, portanto, à realidade que os cercava. Ao longo da negociação em estudo, representantes de ambas as legendas brindaram o processo de paz com o argumento de que qualquer representação política deveria possuir a legitimidade conquistada por meio do voto, levantando-se assim como ferrenhos opositores à concessão de status político à guerrilha (Rochlin, 2003; Valencia, 2002; Vargas, 2002).

1.4.

A violência de origem revolucionária

Nos anos 1960, os atuais movimentos guerrilheiros revolucionários da Colômbia optaram por uma doutrinação ideológica que respondia aos questionamentos tanto de universitários, intelectuais e integrantes da classe média urbana, quanto dos camponeses desfavorecidos. Em 1964, organizou-se o Exército de Libertação Nacional (ELN), inspirado na Revolução Cubana e composto por voluntários oriundos da classe média estudantil, da intelectualidade, e das lideranças sindicais, além dos integrantes pioneiros da guerrilha liberal. Pouco tempo depois, os grupos de autodefesa – milícias camponesas das regiões periféricas influenciadas pelo Partido Comunista – viriam a se transformar nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), logo após serem o alvo de uma ofensiva do Exército, em 1966²⁹. Uma vez que os dois principais partidos buscavam impor os seus projetos políticos por meio das armas desde o início de sua existência, é natural admitir que a história da Colômbia tenha sido pautada pela aproximação entre a política e a violência. Conseqüentemente, a opção dos movimentos de esquerda política pelo recurso às armas remontou às práticas colombianas tradicionais que os circundavam (Simons, 2004).

A incapacidade demonstrada pelo Estado de corresponder às demandas do povo e de enfrentar os germes das tensões sociais latentes – características de toda a América Latina, aliás – acelerou, pois, o aparecimento dos grupos guerrilheiros nos anos 1960. A reconhecida ausência do Estado e de seus benefícios e, especialmente, o exercício ineficaz do papel de ente regulador das relações de

²⁹ A ser discutido no Capítulo 2.

poder eram a causa do descrédito absoluto dos cidadãos quanto à capacidade estatal de gestão das esferas social, política e econômica. O camponês típico, substrato e fundamento social do movimento guerrilheiro colombiano, era “gente que não acreditava no Estado porque havia sofrido em sua própria carne o partidarismo social e econômico e conhecido o duplo sistema de valores que as classes dominantes sempre defenderam”³⁰. Ou seja, a realidade sócio-política injusta contribuía para o descrédito do Estado e, portanto, para a consolidação das guerrilhas (Bejarano, 2001; Perez, 1993; Vargas, 2002).

Na década de 1970, o arranjo institucional consubstanciado na Frente Nacional mostrava-se carente da dinâmica necessária de forma a dar conta das velozes mudanças ocorridas na sociedade colombiana. Nesse decênio, o país experimentou uma rápida urbanização e um expressivo surto de expansão da educação secundária e universitária. As evidências denunciam a resistência do longo sistema bipartidário em promover as reformas apropriadas, algo que ficou mais pronunciado na tendência à limitação da reforma agrária e na criminalização de qualquer protesto de natureza social³¹. Uma proposta de reforma poderia ser interpretada, ao mesmo tempo, como tímida ou excessiva, dependendo da observação partir de uma das perspectivas opostas – de um lado, a dos trabalhadores e camponeses e, de outro, a das elites políticas e terratenentes locais e regionais. Deste modo, o predomínio das estruturas de poder locais, na esfera subjacente às estruturas de poder dos partidos tradicionais, alimentava a animosidade e levou então o movimento guerrilheiro a atuar no vácuo que se formou entre a sociedade e o Estado (Bejarano, 2001; Perez, 1993; Vargas, 2002).

Ao optar pela aplicação de uma estratégia político-militar, o movimento guerrilheiro atuava de acordo com as dinâmicas impregnadas de violência que prevaleciam nas esferas econômica e político-social. Ao oferecer aos colonos a possibilidade de ascender em prestígio, as guerrilhas supriam em boa medida a ausência estatal e erigiam uma aliança social para seus objetivos políticos. Essa nova aliança foi reconhecida em uma importante trégua firmada entre o governo

³⁰ Perez, F. E. O. (1993), *La Violencia del Silencio*. Codhes, Universidad Javeriana, Santafe de Bogotá, pág. 54

³¹ Sobre a criminalização do protesto social, o próprio ministro da defesa entre os anos de 1978 a 1982, general Luis Carlos Camacho Levya, afirmava que “qualquer forma de protesto social era simplesmente uma expressão desarmada da subversão”. Ou seja, requeria uma dura repressão oficial (Simons, 2004: 44).

do presidente Belisario Betancur as FARC, em 1984, como parte inicial do processo de paz que criou o partido político denominado União Patriótica (UP), legenda criada para concorrer às eleições sem, contudo, abandonar a luta armada³². A UP, no entanto, nasceu em meio à guerra e nunca encontrou a oportunidade de superar a sua condição de entidade ambígua em relação ao movimento armado. O projeto da UP objetivava a construção de uma frente política capaz de ampliar a representatividade legal das guerrilhas, representando o primeiro passo sério dado pelo movimento guerrilheiro no sentido da participação regular na política, e permitindo-lhe extrapolar os limites da esfera exclusivamente militar. Nas eleições para o Congresso Nacional, em 1986, a UP obteve um bom resultado, tendo conquistado 14 assentos parlamentares. Mesmo assim, essa inédita experiência veio a ter um dos desfechos mais trágicos da história nacional colombiana, quando integrantes de grupos guerrilheiros menores – ao deporem de boa fé as armas para poder participar da arena política – se tornaram vítimas de assassinatos sistemáticos levados a cabo pelos esquadrões da morte de paramilitares de direita. Entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, a estatística do total de homicídios contra aqueles cidadãos que, de alguma maneira, estavam relacionados à UP apontava para algo entre 2.000 e 4.000 pessoas (Rochlin, 2003; Simons, 2004).

Os contornos geográficos da violência foram sendo transformados à medida que as guerrilhas avançaram militarmente, expandindo-se a partir de regiões periféricas em direção às zonas mais integradas ao centro político e econômico da Colômbia. Ainda assim, as negociações enfatizavam a necessidade de re-inserção dos guerrilheiros na atividade normal da sociedade. O governo insistia na importância do tema da desmobilização, em detrimento da atenção às causas do conflito. Com o passar do tempo, o recurso cada vez mais freqüente aos expedientes da extorsão e do seqüestro como meios de financiamento, além da própria persistência da guerra civil, fizeram que a maioria da população passasse a encarar o conflito através de uma nova lente e ansiasse por sua resolução. De fato, quando analisamos a trajetória das duas maiores organizações guerrilheiras a partir da dinâmica que lhes deu origem, concluímos que, inicialmente, ambas

³² Sobre o caráter permanente do objetivo das FARC de obter uma vitória militar, ver: Rabasa, A. M. & Chalk, P. (2001), *Columbian Labyrinth: The Synergy of Drugs and Insurgency and its Implication for Regional Stability*. RAND's Publication, Arlington, VA, Chapt. 3

estiveram plenamente integradas às demandas e às lutas dos segmentos sociais que representavam. Todavia, face à sua inesperada permanência, as duas organizações guerrilheiras passaram a privilegiar, nos âmbitos local e nacional, uma dinâmica mais autônoma, enquanto expressão de um projeto político e militar à margem e acima dos interesses de grupos sociais que diziam representar. Assim, ao longo da década de 1990, vários intelectuais colombianos se levantavam em oposição ao movimento. Como exemplo, Gabriel Garcia Márquez – prêmio Nobel em literatura em 1982 – unia-se a estes destacados colombianos e dirigia-se firmemente aos grupos guerrilheiros. Em novembro de 1992, enquanto solicitava mudanças na política agressiva das guerrilhas, denunciava que essa dinâmica estava se afastando demais da sua origem autêntica. Em carta, expressou-se por meio das seguintes palavras:

*“Suas ações têm criado um clima de confusão política e ideológica que tem transformado a Colômbia num campo de batalha onde tomar armas é a forma mais comum de liberdade de expressão (...) Sua guerra já perdeu sua validade histórica a algum tempo. Reconhecer isto seria uma vitória política.”*³³

1.5.

A violência que é ligada ao narcotráfico

Juntamente com o advento do narcotráfico, a longevidade do drama colombiano trouxe à tona questionamentos sobre a natureza do conflito. A partir dos anos 1990, sua magnitude e seus conhecidos efeitos de degradação social levaram muitos observadores a qualificá-lo como uma guerra fratricida contra a própria sociedade. A infiltração da droga foi capaz de acentuar a fragmentação e a privatização dos poderes do Estado, além de tornar indefinida a fronteira entre a violência política e as atividades criminais, como a extorsão e o seqüestro³⁴. Até o processo de paz ora em estudo, a penetração do tráfico de drogas já havia de tal modo contribuído para aprofundar a crise política na Colômbia, que era natural admitir que “se devesse tratar o caso colombiano menos como exclusivamente de subversão ou narcoterrorismo e mais como um caso que resultava da mistura entre

³³ “Writers scold Colombia’s rebel front”, Associated Press, *The Guardian*, London. 23 November 1992. Citado em: Simons, op.cit., pág. 76-77.

³⁴ À ocasião, a onda de seqüestros havia conferido à Colômbia a condição de único país no mundo onde existia uma ONG especializada em opor-se a essa prática – a ONG *País Libre* – e que buscava conduzir demonstrações de massa contra a onda de seqüestros, além de reiterados pedidos pela adoção da pena de morte como forma de lidar com o problema (Sánchez G., 2001).

Estado-fantasma e Estado anêmico”³⁵ (Pastrana, 2001; Sánchez G., 2001; Tokatlian, 2002).

A questão do narcotráfico, de fato, não apenas expôs a fraqueza das instituições estatais, mas foi capaz de alimentar significativamente a escalada da violência, ao prover de recursos os grupos armados que atuavam à margem da lei. A partir da década de 1980, novos contingentes de paramilitares foram recrutados para atender à demanda de traficantes de droga e da emergente ‘narcoburguesia’³⁶ (ainda que o fenômeno em si não fosse em nada inédito). Desse modo, a presença do narcotráfico estava diretamente relacionada à degradação do conflito – não apenas pelo fato de o movimento revolucionário tradicional haver encontrado no tráfico internacional de drogas as condições ideais para o seu financiamento, mas também pelo fato de os métodos heterodoxos dos traficantes de entorpecentes haverem instaurado uma profunda crise humanitária, à medida que as Leis Humanitárias Internacionais passaram a ser sistematicamente violadas³⁷. Nesse contexto, a força do narcotráfico agravou a ‘anemia’ do Estado colombiano, já bastante combalido, e angariou espaço, ao vir a constituir-se em uma alternativa crível em nível econômico e político ao Estado. Este era amplamente visto como legítimo, porém ausente (Marcela & Schulz, 1999; Peres, 1993; Tokatlian, 2002).

O advento do narcotráfico também podia ser interpretado como uma decorrência da corrupção incorrigível da classe política, na medida em que “a máfia dos políticos teria precedido a máfia do narcotráfico”³⁸. Esta logrou adquirir muita influência, a ponto de criar uma ‘classe emergente’, cuja estratégia foi amalgamar-se profundamente no tecido social da Colômbia e ‘lavar’ seus sobrenomes mafiosos mediante casamentos de conveniência. À medida que ascendiam socialmente, os traficantes metamorfoseavam-se lentamente em proprietários de terras na zona rural e atuavam decididamente na organização dos grupos paramilitares, reafirmando a opção da direita pela via armada. Assim, enquanto contribuía para a proliferação de atores armados, o narcotráfico embatia-

³⁵ Tokatlian descreve deste modo a realidade de um Estado cuja autoridade é exercida apenas em algumas áreas do país e cujas energias são plenamente consumidas no combate a diversas modalidades de grupos armados. Tokatlian, J.G. (2002), *Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional*. Contexto Internacional, 24. Jan/jun, página 132.

³⁶ Richani, N. (1997), *The Political Economy of Violence: The War-System in Colombia*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 39:2. Summer 1997

³⁷ Ver (1) www.hchr.org.co/documentoseinformes/publico.php3

e (2) <http://hrw.org/spanish/informes/1998/guerra.html#glossario> (acessado em out/2004).

se com o Estado em diversas frentes, a ponto de condenar o mesmo à condição de “endemicamente frágil”³⁹. Conseqüentemente, na segunda metade do decênio de 1990, o conflito colombiano, impulsionado pelo narcotráfico, seguiu marcado por uma racionalidade que excedia a esfera das considerações exclusivamente políticas para combinar desígnios político-militares com questões particulares, de caráter sócio-econômico (Rotberg, 2002; Tokatlian, 2002; Torres, 2005).

Na Colômbia, encontravam-se as condições ideais para o cultivo da droga nas áreas de periferia, tanto pela presença anêmica do Estado nessas regiões, quanto pela existência de uma base social, na figura dos colonos. Poderosos cartéis da droga se desenvolveram em Medellín e Cáli e foram responsáveis pela condução de uma guerra contra o Estado durante os anos 1980 e parte dos anos 1990⁴⁰, quando ainda houve um crescimento significativo na produção de coca devido à repressão e ao declínio das plantações na Bolívia e no Peru. No entanto, as atividades relacionadas ao narcotráfico já haviam estreado na Colômbia desde o final dos anos 1970. Por ocasião do governo Pastrana, os grandes cartéis haviam sido derrotados e sucessivamente divididos em pequenos grupos, sem que isso levasse à redução do problema. Ao contrário, a Colômbia havia se transformado no principal produtor e distribuidor mundial de cocaína refinada, além do maior produtor e distribuidor de heroína refinada no hemisfério ocidental (Rabasa & Chalk, 2001; Bibes, 2001).

A trajetória do narcotráfico no país teria evoluído segundo três etapas distintas na relação com a sociedade colombiana. Primeiro, houve uma relação simbiótica, a qual resultou da associação ou da interdependência entre parcelas da sociedade e os criminosos. Em seguida, existiu uma relação parasita, quando a corrupção foi utilizada de maneira extensiva como um instrumento de defesa dos interesses ilícitos. Por último, desenvolveu-se uma relação predadora, na qual o crime organizado passou a recorrer à força e aos atos terroristas no confronto

³⁸ Torres, op.cit., pag. 63.

³⁹ Rotberg, R. I. (2002), *The New Nature of Nation-State Failure*. The Washington Quarterly, 25:3. Summer 2002, p. 85-96.

⁴⁰ É de 1994 a passagem em que o senador John Kerry, para dizer do risco de “capitulação do Estado ao cartel de cocaína de Cáli”, definiu o regime como uma “narco-democracia” em função do grau de infiltração dos negócios da droga nas instituições estatais. Sobre isto, ver: Simons, op.cit., pag. 86-89.

direto com a sociedade e com o Estado para atingir seus objetivos⁴¹. Àquela altura, tão-somente reprimir o cultivo da droga em uma área era o suficiente para fazê-lo ressurgir em outras. A este respeito, ao comentar o fracasso de uma década de políticas de repressão ao cultivo de narcóticos nos Andes, Juan Manuel Restrepo asseverou que “Putumayo nascera de Guaviare, assim como as plantações colombianas nasceram das plantações do Peru e Bolívia”⁴². Putumayo, foco do Plano Colômbia em 2000, representa por si só parte do drama colombiano. Durante os anos 1960, o departamento assistiu ao deslocamento forçado de milhares de indígenas das tribos Ingá, Siona e Kofan – 65% da população local naquela época – para a construção de estradas e oleodutos pelas empresas Texas Oil e Ecopetrol. Tal empreendimento resultou ainda na contaminação de grande parte das reservas hídricas da região e, conseqüentemente, quarenta anos depois, a comunidade indígena seria numericamente reduzida a menos de 10% do seu próprio contingente (Bibes, 2001; Murillo, 2004; Restrepo, 2003).

1.6. A violência socioeconômica

Simón Bolívar, um estrangeiro imbuído do sonho de formação de uma Grande Colômbia – que englobasse os territórios dos atuais Estados da Venezuela, do Equador, da Bolívia e do Peru –, levou o país a conquistar sua independência, em 1820. No entanto, desde a emancipação política, as elites econômicas e

⁴¹ “Primeiramente, os cartéis de Medellín e Cáli estabeleceram uma relação parasita com a sociedade, na qual integraram-se à sociedade em prol de interesses comerciais. Para criminosos e guerrilheiros, estes cartéis representaram uma tentadora fonte de financiamento. Nos anos 80, os negócios floresceram e uma relação simbiótica entre traficantes de droga e a sociedade a nível regional e nacional através da participação direta na política (financiando campanhas), fazendo *lobbies* no legislativo em questões relativas a mudanças no código penal e na legislação sobre a lavagem de dinheiro. Em seguida, uma fase de violência foi desencadeada sob a presidência de Belisario Betancur, que envolveu o assassinato do ministro de justiça, oficiais de polícia, juízes, jornalistas e dois candidatos a presidência. Esta fase predatória de terror, conduzida pelo cartel de Medellín, caracterizou a terceira e mais prejudicial relação entre o crime organizado e a sociedade”. Bibes, P. (2001), *Transnational Organized crime and Terrorism*. Journal of Contemporary Criminal Justice, 17:3, August 2001, pag. 251).

⁴² Restrepo, op.cit, pág. 146

Para uma descrição da política externa norte-americana para a região, ver: Stiener, R. (1999), *Hooked on Drugs: Colombian – US Relations*. In: Bulmer-Thomas, V. & Dunkerley, J. (Eds) (1999), *The United States and Latin America: The New Agenda*. Institute of Latin American Studies, University of London, with the David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University.

políticas resistiram à idéia de tratar dos arranjos de uma autoridade centralizada. Preferiram manter o controle sobre partes da Colômbia, a ser parte integrante de uma unidade maior, centralizada. Mesmo diante da possibilidade da escolha da sede do governo central lhes favorecer, as elites optaram pelo “poder político exercido de forma dispersa e localizada”⁴³, diante do projeto bolivariano cuja ideologia abrigava em seu seio o risco da perda de privilégios (Rochlin, 2003; Torres, 2005).

O modelo econômico vigente até então permitira que “grupos de famílias do século XIX, livres da interferência do Estado, pudessem ‘colonizar’ grandes fatias de terra para o cultivo do café, expulsando pequenos agricultores e plantando para um mercado exportador em expansão”⁴⁴. Para erigir esse sistema, os proprietários não vacilaram no emprego de uma extrema brutalidade e truculência para a proteção dos latifúndios e de seus interesses. A própria tensão sócio-econômica latente determinaria a urgência da contratação de vigilantes pelas oligarquias do café, os quais se tornaram “os ancestrais dos atuais paramilitares”⁴⁵ (Rochlin, 2003; Sweig, 2002).

A injustiça social e econômica e a primazia dos valores do individualismo nos permitem compreender como, em pleno ano de 1949, no momento em que a Colômbia chorava seus mortos e padecia dos males da guerra civil, o então presidente de um importante grêmio era capaz de fazer declarações que podiam soar como puro sarcasmo para a imensa maioria dos colombianos. À ocasião, em nome dos empresários, gabava-se de seu sucesso, afirmando: “A situação econômica é hoje a melhor que já se experimentou...”⁴⁶. Assim, posteriormente, no período relativo ao processo de paz, Luis Carlos Restrepo apontava justamente o legado do individualismo e a sua capacidade de desintegrar a consciência nacional colombiana fazendo que uma boa parcela da população não tivesse a impressão de estar inserida no contexto de uma única Colômbia. O autor afirmou categoricamente que “na Colômbia, sempre existiram muitas sociedades paralelas sobrevivendo lado a lado, mas sempre evitando qualquer contato”, para

⁴³ Rochlin, op.cit., pag. 88

⁴⁴ Sweig J.E. (2002), *What Kind of War for Colombia? – History repeating itself?*. Foreign Affairs, September/October 2002, pág. 125.

⁴⁵ Sweig, op.cit., pag. 125

⁴⁶ José Gutierrez, presidente da ANDI – *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia*. Em: Torres, op.cit., pag. 10

acrescentar que, naqueles dias, “tais sociedades eram progressivamente obrigadas a viverem em menores espaços e, nisto, relacionavam-se com o outro lado sem reconhecê-lo”⁴⁷ (Restrepo M., 2001; Torres, 2005).

Retrospectivamente, os anos desde 1902 até 1946 representaram um importante período da história da Colômbia. Neste período, iniciou-se um processo de industrialização, desenvolveu-se um sentido empreendedor, ampliou-se a participação do país no comércio exterior e profissionalizaram-se as Forças Armadas. Todos esses feitos poderiam assinalar o processo de transformação do país de acordo com alguns dos componentes essenciais do Estado-nação moderno. Mas a referida falta de coesão social predominou, fomentando a insegurança. Como descrito anteriormente, persistia também uma forma particular de exclusão político-social, na qual a política estava estruturada de modo a prover uma representação limitada e desigual dos diferentes grupos de interesse da sociedade, com pouco espaço para debates e idéias. Logo, os representantes das elites no governo estavam livres para adotar comodamente políticas de modernização que não conduziam, necessariamente, à maior democratização da sociedade e sequer à inclusão social (Rochlin, 2003; Sanchez G, 2001).

A geografia da Colômbia, caracterizada pela existência de províncias isoladas, combinou-se com a severa exclusão social para acarretar a fragmentação da sociedade⁴⁸. Cada núcleo geográfico com autonomia *de facto* abrigou realidades sócio-econômicas e oligarquias diferenciadas, as quais, por vezes, pretenderam-se hegemônicas no conjunto do país. A geografia ainda contribuiu para que a classe dirigente visse os efeitos do conflito relacionados sobretudo ao meio rural e às atividades agropecuárias e, nisto, consideraram que o conflito não representava uma grande ameaça para a segurança nas grandes cidades, nem para as atividades urbanas⁴⁹. Já a elite política, que descurava seu papel na construção da nação, não sentia-se compelida a propor medidas que remediassem esses males. Por conseguinte, o déficit de governabilidade se avolumou e o desenlace foi uma propensão ao conflito armado difícil de sanar. As elites subestimaram as

⁴⁷ Restrepo M., L. A. (2001), *The Equivocal Dimensions Of Human Rights in Colombia*. In: Bergquist, C. & Peñaranda, R. & Sanchez G., G (2001)

⁴⁸ Este aspecto foi especialmente explorado pelos atores armados. Ver item 2.5, capítulo 2, “Território, atores e poder”.

⁴⁹ A singularidade da geografia colombiana reside ainda no fato de ser o único Estado sul-americano banhado simultaneamente pelo mar do Caribe e pelo Oceano Pacífico.

implicações do conflito e, por isso mesmo, demonstraram posteriormente pouca disposição para fazer concessões táticas no transcorrer de uma negociação (Castilla, 2003; Vargas, 2002).

Além dos grandes obstáculos naturais isolando as várias regiões do país, a realidade sócio-econômica na Colômbia padeceu então de um mal de natureza específica, a saber, a inaptidão política das elites colombianas. Estas permaneceram orientando-se pelo arranjo pré-moderno das cidades-estado, verdadeiros feudos, em detrimento da visão de um Estado-nação moderno. Apesar de a Colômbia haver experimentado, de 1946 a 1990, a intensificação da produção industrial e da prática do comércio internacional, bem como a realidade do conflito político entre a esquerda e a direita – próprio da dialética marxista –, permaneceu ilusória a noção de um Estado institucionalmente forte. Um mapa da violência na Colômbia poderia ser desenhado a partir do mapa dos eixos de desenvolvimento do país nos últimos 40 anos, apontando no sentido da acentuação das contradições básicas e históricas da sociedade colombiana. Reconhecidamente, nas regiões relacionadas ao cultivo de banana, de coca e à extração de petróleo, por exemplo, gerou-se uma riqueza capaz de sustentar o emprego mais intenso das armas, ao passo que, na esteira da ascensão da economia de fronteira, o narcotráfico e a guerrilha compunham a liderança do conflito (Rochlin, 2003; Valencia, 2002).

Durante o governo do presidente Andrés Pastrana, o Estado permanecia descrito como “uma pletora de verdades e identidades políticas dispersas”⁵⁰, onde as políticas econômicas puderam olvidar a parte desfavorecida da população com relativa tranqüilidade. O favorecimento explícito das elites agravou-se quando da introdução da onda de políticas neoliberais, as quais priorizaram a acumulação em detrimento da justiça distributiva. Assim sendo, entre 1980 e 1997, o país conviveu com a realidade paradoxal de, mesmo em meio a toda a violência, tribulação e tributação, “ter apresentado as maiores taxas anuais de crescimento econômico entre os Estados latino-americanos”⁵¹. O fim dos anos 1990, contudo,

⁵⁰ Rochlin, op.cit., pag. 87

⁵¹ Sanchez G., G. (2001), *Problems of Violence , Prospects*. In: Bergquist, C. & Peñaranda, R. & Sanchez G., G (2001), pag. 9

Para uma descrição do grave quadro econômico dos Estados da América Latina nos anos 90, ver: Gomez, J.M. (1992), *A Ordem Mundial Emergente e os Desafios da América Latina nos Anos Noventa*. IRI Textos, No 12, Maio/1992.

foi marcado por uma desaceleração do ritmo de crescimento econômico do país. A partir de 1997 – o que coincide com o mandato do presidente Andrés Pastrana – as perspectivas principiavam a delinear-se como preocupantes e, em 1999, em meio a uma grave recessão nos negócios, o povo colombiano como um todo foi desafiado a sobreviver a uma crise econômica sem precedentes nas últimas décadas (Gómez, 1992; Mejia, 2002; Rochlin, 2003; Sanchez G, 2001; Vargas, 2002).

Paralelamente, a semente da violência sócio-econômica ainda se articulava com o problema da impunidade, o qual desacreditava irreversivelmente o poder judiciário. O fato de os juízes não aplicarem as leis⁵² com imparcialidade causava a revolta da sociedade e sabotava a mínima credibilidade necessária ao funcionamento normal dos órgãos judiciais. Consolidava-se, assim, uma tendência à chamada ‘justiça pelas próprias mãos’. Podia-se até mesmo creditar à impunidade – cujo índice era estimado em 97%⁵³ – o *status* de causa maior da violência armada, seja pela sua capacidade de realimentar a sua espiral de conflitos, seja pelo seu forte apelo emocional, que podia justificar o histórico de práticas retaliatórias (Rabasa & Chalk, 2001; Simons, 2004).

Finalmente, a guerra civil onipresente deixava marcas profundas e traumatizantes nos cidadãos, particularmente para os de família humilde, cujo sofrimento era maior, já que não dispunham de suficientes meios econômicos para refugiar-se da violência⁵⁴. A exposição direta à brutalização do cotidiano poderia naturalmente vir a desestimular a participação democrática na Colômbia,

⁵² Olhando no passado, a colombiana Ana Maria Bejarano aponta para o descaso relacionado até com a redação das leis. Desde a Convenção Constitucional Colombiana, de 1863, os delegados teriam cometido o erro de escrever ‘uma Constituição para os Anjos’. Nas suas palavras, “reconhecendo que nós, os colombianos, estamos longes de ser anjos, os delegados teriam feito melhor de considerar uma constituição para seres humanos de carne e osso, cujas ambições e interesses têm de ser domesticadas por meio de instituições perfeitamente adequadas”. Bejarano, A. M. (2001), *The Constitution of 1991: An Institutional Evaluation Seven Years Later*. In: Bergquist, C. & Peñaranda, R. & Sanchez G., G (2001). *Violence in Colômbia – Waging War and Negotiating Peace*. Delaware, A Scholarly Res. Inc. Print, pag. 68-69.

⁵³ Bejarano, 2001

⁵⁴ Para estes, a realidade urbana também era de caos social. Em primeiro lugar, houve o impacto do narcoterrorismo e o papel dos sicários (assassinos contratados), um tipo de “indústria da morte” em cidades como Medellín e Cáli. Segundo, houve o recurso às “milícias populares” agindo contra as gangues em comunidades pobres das grandes cidades. Finalmente, uma terceira modalidade de violência urbana foi a opção pela “limpeza social” em operações que freqüentemente incluíam a participação da polícia e ex-agentes policiais contra pedintes, prostitutas e pequenos delinquentes – um tipo de atividade neo-nazista (Sanchez G, 2001).

acarretando também o risco de comprometer o futuro do exercício da cidadania nesse país em caráter definitivo (Capdevila, 2002; Ferrer, 2003; Leech, 2003).

1.7. Conclusão

Segundo as palavras proferidas pelo sociólogo Manuel María Madiedo, em 1858, em relação à Colômbia coetânea, “onde estavam sentados os espanhóis da Europa, sentaram-se os espanhóis da América, com todas as suas velhas tradições coloniais”⁵⁵. Os novos donos do poder asseguraram a permanência das instituições políticas herdadas dos espanhóis, cujas características principais decorriam do fato de as colônias da Coroa da Espanha não haverem sido estabelecidas com o propósito de se transformarem em democracias participativas. Via de regra, na Colômbia, a rígida hierarquização da sociedade imposta pela metrópole – quando havia divisão entre senhores e plebeus, entre aristocracia e povo – manteve-se tal e qual⁵⁶. (Ayoob, 1995; Murshed, 2002; Torres, 2005).

Na Colômbia, a regra colonial naturalmente introduziu fissuras raciais adicionais ao promover a importação de mão-de-obra escrava oriunda da África para um país já então rigidamente dividido entre nativos, mestiços e descendentes de colonizadores. Ao longo da história da Colômbia, um segmento étnico numericamente restrito da população se arrogou o direito de definir a identidade nacional. Em decorrência disso, o estudo sobre o Estado colombiano e as diversas formas de violência que o atormentam impõe uma discussão sobre a natureza multiétnica do povo colombiano e uma avaliação do déficit de integração sócio-econômica e de representação democrática que ainda distinguia os diferentes

⁵⁵ Citado em: Torres, op.cit.

⁵⁶ A sociedade colonial situava na ponta da pirâmide social aos espanhóis nascidos na Espanha e dotados de títulos de nobreza, colocando abaixo destes os crioulos, ou seja, os espanhóis nascidos na América, os quais ao ascender economicamente, buscavam ‘limpar’ seus nomes da ‘mancha da terra’ para conquistar títulos de nobreza que não possuíam. Na base da pirâmide, encontrava-se a nova classe americana, integrada por mestiços nascidos de espanhóis e índias, além de mulatos e índios. Durante a República, inclusive com algum êxito, foi realizado um pequeno esforço de se retirar do regime a política e a economia coloniais, sem, no entanto, alterar esta hierarquização, relativa à mentalidade colonial, a qual diz respeito à relação entre os que se encontravam acima e abaixo na estrutura social. Desenvolveu-se um modelo de ‘República Senhorial’ que assegurou distâncias intransponíveis entre as classes (Torres, 2005).

grupos étnicos e determinava realidades distintas⁵⁷ (Murillo, 2004; Safford & Palacios, 2002; Torres, 2005; Valencia, 2002).

Historicamente, os mais favorecidos sempre se viram como dotados de uma aura de superioridade, que acabou por entrelaçar umas poucas famílias Liberais e Conservadoras pela causa da continuidade de sua condição de elite política e econômica⁵⁸. Como vimos, a fragmentação da Colômbia manteve-se tão marcante ainda no final do século XX, que os dois lados da guerra civil se julgavam como pertencentes a mundos distintos. Durante o mandato do presidente Pastrana, os interesses no sentido da manutenção dessas condições sociais eram responsáveis por parte da complexidade do conflito armado. Ou seja, o quadro colocava o desafio de investir tanto no estancamento imediato da violência direta, que saltava aos olhos, quanto no combate persistente e “silencioso” às raízes da violência estrutural subjacente⁵⁹. Os colonizadores espanhóis saíram, mas permaneceu uma obra política erigida com solidez, a qual abarcava “não apenas instituições, mas também consciências moldadas no dia a dia, sermão após sermão, vassalagem após vassalagem, autoritarismo após autoritarismo, medo e raiva, submissão, ignorância, analfabetismo e discriminação. Eternos 300 anos de consciência servil que não desapareceram com as guerras de independência”⁶⁰ (Safford & Palacios, 2002; Torres, 2005; Valencia, 2002).

A realidade colombiana apresenta, finalmente, traços comuns aos Estados vizinhos. Mohammed Ayoob, por exemplo, de modo abrangente, efetua uma análise dos Estados do Terceiro Mundo⁶¹. Ele concentra-se nos dilemas destes Estados e identifica a importância dos seus processos de construção, assinalando em que medida “um conflito interno pode estar relacionado à permanência das

⁵⁷ Ver sobre a implicação deste tópico em: Murillo, M. A. (2004), *Colombia and the United States*. Seven Stories Press, New York, NY, Chapt. 2; Valencia, L. (2002), *Adiós a la Política, Bienvenida la Guerra*. Intermedio Editores, Bogotá, D.C, cap. 6

⁵⁸ Mauro Torres faz referência a um estudo realizado pelo prof. Álvaro Echeverri Uruburu, por meio do qual são descritas como “endogâmicas” as relações estreitas, com matrimônios contraídos exclusivamente entre si, praticadas pelos membros dessas elites (Torres, 2005: 12).

⁵⁹ Ver os conceitos em: Galtung, J. (1990), *Violence and Peace*. In: Smoker, P. & Davies, R. & Munsck Barbara (orgs.) (1990), *A Reader in Peace Studies*. Pergamon Press, New York.

⁶⁰ Torres, op.cit., pág. 158

⁶¹ Ao definir o 3º Mundo, Ayoob afirma que o termo sobreviveu e adquiriu sentido independente do 1º e 2º Mundo, após o fim da GF. Sem negar a diversidade, observada até mesmo para quem olha superficialmente, entre “Afeganistão e Índia” ou “Haiti e Brasil”, o autor procura manter a relevância do conceito de 3º Mundo como um sinônimo de Estados do Sul e da periferia do sistema internacional. Cf. Ayoob, M. (1995), *The Third World Security Predicament – State Making, Regional Conflict and the International System*. Boulder, Lynne Rienner. Página 15.

vulnerabilidades e inseguranças com as quais os Estados do Terceiro Mundo tradicionalmente sofrem”⁶². Nisto, o risco de agravamento do problema colombiano é raiz de preocupação para os países limítrofes – cujo envolvimento no processo de paz será descrito nos capítulos 3 e 4 –, porquanto estes compartilham as denominadas “rotas de insegurança” internas. Estas rotas, por sua vez, concernem a elementos de vulnerabilidade, tais como “a falta de legitimidade incondicional em relação às suas fronteiras, instituições e regimes; a inadequada coesão social; e a ausência de consenso sobre questões fundamentais quanto à organização social, política e econômica”⁶³ (Ayoob, 1995; Torres, 2005).

⁶² Ayoob, op.cit., pág. 184

⁶³ Ayoob, op.cit., pág. 28